**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA REVOLTA DOS POSSEIROS DE 1957**

**NO SUDOESTE DO PARANÁ**

Leandra Francischett [[1]](#footnote-1)

Resumo –

A região Sudoeste do Paraná foi marcada por um conflito decorrente da disputa de terras, em 1957, a Revolta dos Posseiros. Conforme relatos ouvidos pela autora deste trabalho, as mulheres também colaboraram na revolta. Neste artigo, pretende-se dar visibilidade às mulheres sudoestinas, uma vez que se acredita ser possível resgatar a situação vivida por elas. Pretende-se dar visibilidade às mulheres, enquanto ainda há existência de pioneiras ou por meio de seus descendentes, que possam auxiliar na constituição destes relatos e trazer à tona a participação dessas personalidades da história que aparecem em poucos registros. Discutir sob a ótica e a perspectiva da totalidade é compatível com a análise de gênero sobre as relações sociais de sexo. Esse debate abrangerá a problematização a partir dos estudos de gênero, considerando especificamente a década de 1950. O método do materialismo histórico dialético contempla a universalidade e a categoria do humano genérico. Por este caminho pretende-se identificar e estudar gênero para explicar as relações sociais de sexo, na conjuntura do movimento da Revolta. A ênfase será para o debate do gênero específico sobre as mulheres. Será tratada da perspectiva da totalidade, para a atribuição da posição social atribuída à mulher. Este artigo busca analisar a participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957, caracterizando-se com um estudo de caso, buscando, em diferentes fontes, os dados para atingir os objetivos propostos. Desta forma, partirá do levantamento bibliográfico, da seleção e análise de matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação, que tratam do evento.

Palavras chave: Geografia; Cidadania, História; Comunicação e Mulheres

Abstract –

The Southwest of Paraná was marked by a conflict resulting from the land dispute, in 1957, the Revolt of the Squatters. Women also collaborated in the revolt. It is intended to give visibility to southeastern women, since it is believed that it is possible to rescue the situation experienced by them. It is intended to give visibility to women, while there are still pioneers or through their descendants, that can help in the constitution of these reports and bring to light the participation of these personalities of history that appear in few records. Discussing from the perspective and perspective of totality is compatible with the analysis of gender on the social relations of sex. This debate will cover the problematization from the studies of gender, specifically considering the 1950s. The method of dialectical historical materialism contemplates universality and the category of the generic human. We intend to identify and study gender to explain the social relations of sex, in the context of the Revolt movement. The emphasis will be on the gender specific debate on women. It will be treated from the perspective of totality, for the attribution of the social position attributed to women. This article seeks to analyze the participation of women in the Squatter Revolt of 1957, characterized as a case study, seeking, in different sources, the data to achieve the proposed objectives. It will start from the bibliographic survey, the selection and analysis of journalistic materials published in communication vehicles, which deal with the event.

Key words: Geography, Citizenship, History, Communication and Women

Resumen –

Palabras clave

**Introdução**

A região Sudoeste do Paraná foi marcada por um conflito decorrente da disputa de terras, em 1957, a chamada Revolta dos Posseiros. Trata-se de um levante organizado pelos moradores da região, tanto da cidade quanto do interior, que se uniram pela conquista do título das terras. A princípio, conforme relatos ouvidos pela autora deste artigo, as mulheres também colaboraram na revolta. Portanto, elas não ficaram restritas aos cuidados dos filhos e da casa. Porém, pelos levantamentos realizados até então, pouco se sabe sobre a participação da mulher durante o conflito; isto provoca esta autora a se debruçar na pesquisa sobre o assunto, uma vez que traz à tona a questão de gênero, que tanto necessita ser discutida na academia e nos meios sociais.

Importante destacar, conforme Serpa (2003), que nos anos 1950, distinções entre os papéis femininos e masculinos continuaram nítidas. A moral sexual diferenciada permanecia e o trabalho da mulher era cercado de preconceitos. Ainda que o Brasil tenha acompanhado as tendências internacionais de modernização e da emancipação feminina, ao final da 2ª Guerra Mundial, o país foi influenciado por campanhas estrangeiras, que incentivaram os valores tradicionais da sociedade, com a mulher no lar, não a incentivando para o mercado de trabalho.

Em 1950, com a industrialização e a urbanização, as condições de vida na cidade diminuíram as diferenças entre homens e mulheres, no campo profissional, mas na região Sudoeste do Paraná a realidade ainda permanecia a mesma. As práticas sociais do namoro, por exemplo, também sofreram modificações, ainda que as distinções entre os papéis femininos e masculinos permanecessem nítidas. “Na prática, a moralidade favorecia as experiências sexuais masculinas enquanto procurava restringir a sexualidade feminina aos parâmetros do casamento convencional” (SERPA, 2003, p. 609). No geral, a mulher deveria manter-se reclusa aos pais ou ao marido e, desta forma, os avanços pouco aparecem nos registros jornalísticos.

No estudo sobre as mulheres na Revolta dos Posseiros de 1957, de Kramer e Zanella (1997), único e primeiro realizado especificamente sobre mulheres, os autores se depararam com a inexistência de registros sobre a participação da mulher, sendo que o artigo, por eles produzido, é uma primeira abordagem sobre o assunto, com dados coletados por meio de entrevistas. As poucas citações que aparecem limitam-se a apresentar a mulher numa posição de inferioridade e passividade. Ficou impregnada a mentalidade de que as mulheres, com muito medo, ficaram em casa chorando e rezando. Estaria a participação das mulheres restrita à reza e ao choro? (KRAMER; ZANELLA, 1997, p. 117).

A mulher sudoestina tem, como registro, um passado marcado por forte discriminação. “A cultura machista da sociedade e dos maridos impedia que as mulheres pudessem expressar seus sentimentos e interesses. Nada era permitido a elas, além do trabalho doméstico e da lavoura”. (KRAMER; ZANELLA, 1997, p. 125).

Em depoimentos informais a esta jornalista, algumas filhas dos pioneiros da região contam ter conhecimento de que, naquela época, havia em Francisco Beltrão mulheres que usavam calças e dirigiam carros, questões que demonstram fugir dos padrões da época. E, acima de tudo, andavam armadas, ou seja, mesmo sem aparecerem, participaram do conflito, entre elas pode-se citar Manoela Pécoits, esposa de Walter Pécoits, médico, político e líder dos posseiros. De acordo com Pegoraro, I., (2020), Manoela nasceu em 19 de agosto de 1920, no Rio de Janeiro (RJ), e faleceu em 27 de junho de 2009, aos 88 anos, em Francisco Beltrão (PR).

Além do cuidado com os filhos, Manoela auxiliava na administração do hospital, mas não se encontrou registros relevantes sobre este fato na bibliografia pesquisada até então, para o desenvolvimento deste projeto. Por isso, a intenção é aprofundar a pesquisa e as análises para que tragam estes fatos à tona, de modo a evidenciar a participação da mulher sudoestina no contexto social beltronense.

A mulher não aparece enquanto sujeito da história nos registros sobre a Revolta dos Posseiros. Esta pesquisa pretende dar-lhe visibilidade, enquanto ainda há existência de pioneiras ou por meio de seus descendentes, que possam auxiliar na constituição destes relatos e trazer à tona a participação dessas personalidades da história que aparecem em poucos registros, a não ser em casos de violência, como estupros.

O governo federal, por meio da CANGO, implantou na região projeto de colonização e incentivou gaúchos e catarinenses para povoá-la. A companhia colonizadora CITLA, formada por particulares, igualmente instalou-se na área na condição de herdeira das glebas, resultado de longo processo judicial envolvendo o poder público e empreendedores particulares. O conflito pela posse da terra estendeu-se pelos atuais municípios de Capanema, Dois Vizinhos, Francisco Beltrão, Pato Branco, Pranchita, Santo Antonio do Sudoeste, Verê e foi concluído com a vitória dos posseiros, que tiveram suas posses regularizadas e tituladas a partir de 1962. (VORPAGEL, 2008, p. 1).

É importante destacar que antes de 1940 já habitavam a região índios e caboclos, que adotavam um sistema de produção de subsistência, ainda não atrelado ao modelo capitalista. Essa produção de subsistência, também chamada de economia cabocla, baseava-se na exploração de erva-mate, da madeira e na criação de suínos. Em geral, parte da historiografia não vislumbra e, em alguns casos, até omite essa ocupação mais remota da região sudoeste, como se ela tivesse constituído um imenso vazio demográfico até a ocupação do ser humano branco, civilizado, empreendedor. (...) De todo modo, o fato é que a região sudoeste do Paraná passou a ser ocupada “oficialmente” a partir do ano de 1943, com a criação da CANGO (Colônia Agrícola Nacional General Osório), na vila de Marrecas, atual cidade de Francisco Beltrão. Este projeto de colonização federal instituído pelo presidente da República Getúlio Vargas fez parte da política da “marcha para o oeste”, com o propósito de fixar naquela região agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, com uma economia baseada na agricultura familiar de pequena propriedade. (VORPAGEL, 2008, p. 2).

Assim como há uma lacuna da historiografia da região Sudoeste, como se a região não fosse habitada antes dos anos 1940, assim também acontece com as mulheres pioneiras, que tanto contribuíram com o desenvolvimento da região e pouca notoriedade tiveram. Neste artigo mantem-se o estudo da mulher, a exemplo do que foi desenvolvido na dissertação para obtenção do título de mestre em História, que tem como título “Representações das Mulheres na revista O Cruzeiro através das fotografias no período de 1956 a 1960”. Este periódico é importante para analisar como eram as divulgações das mulheres e sobre elas naquele período e quais as suas representações. Além disso, abril de 1957 é tido como um mês histórico para O Cruzeiro, já que pela primeira vez uma revista brasileira cruzava as fronteiras nacionais para circular nos países da América Espanhola, com periodicidade quinzenal. A revista, na época, foi a de maior circulação no Brasil; um dos veículos que apresenta a cobertura da Revolta dos Posseiros, que aconteceu neste mesmo ano: 1957.

Em 1854, como explica PRIORI, A., et al. (2012), a regulamentação de uma lei federal permitiu às pessoas que comprovassem cultura efetiva e moradia habitual a possibilidade de requisitar o seu espaço. Nesse sentido, os territórios não reclamados foram considerados terras devolutas e, consequentemente, transformados em monopólio do Estado. No Paraná, a maioria das terras das regiões Oeste e Sudoeste encontravam-se nessa situação. A Constituição republicana de 1891 transferiu a propriedade legal e o controle político das terras devolutas para os Estados. Essa mudança favoreceu a concessão de terras para companhias privadas e para o capital particular, circunstância que marcou o início da luta legal pela terra no Brasil. No processo de modernização econômica, desenvolvido nos primeiros anos da República, muitas terras devolutas foram utilizadas como forma de pagamento a empresas privadas, responsáveis pela construção de ferrovias. Foi exatamente isso que ocorreu no Sudoeste do Paraná. A titulação desenfreada do território, com suas consequentes disputas judiciais, fez com que as terras da região possuíssem vários ‘donos’: União, Estado, companhias particulares e o posseiro (PRIORI, A., et al., 2012, p. 144).

Ainda conforme Priori, A. et al. (2012), dentro do contexto da “Marcha para o Oeste”, o presidente Getúlio Vargas criou no Sudoeste paranaense, por meio do decreto nº 12.417 de 12 de maio de 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), visando à ocupação e à consequente integração da região às demais regiões do Estado.

A CANGO trouxe para o local milhares de posseiros que buscavam melhores condições de vida, oriundos, principalmente, do Rio Grande do Sul. Além destes, havia os posseiros que vinham independentemente e se instalavam nessas terras. Em nenhum dos casos, pela condição sub judice da região Sudoeste, eram fornecidos documentos de posse, circunstância que, alguns anos depois, tornaria incerta a situação dos posseiros no local. (...) No processo de valorização e expansão das fronteiras econômicas e demográficas, mais um ‘proprietário’ aparece no palco das disputas pelas terras do Sudoeste: a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA). Além dos posseiros e da questão sub judice entre Governo Federal e Estadual, a CITLA, em 1950, apareceu como a nova dona das terras constituídas pela gleba Missões e parte da Chopim (PRIORI, A., et al., 2012, p. 145).

No caso dos colonos do Sudoeste do Paraná essa resistência, num primeiro momento, era reivindicatória. A expectativa que os colonos tinham da ação do Governo centrava-se em medidas concretas e eficazes que viessem a ser favoráveis aos seus interesses, como o fechamento dos escritórios das companhias de terras e a expulsão dos jagunços. No entanto, com o agravamento da luta pela terra na região, o esboço de uma consciência política entre esses colonos passou a oscilar entre a expectativa histórico-paternalista do Governo Estadual e a descoberta progressiva do envolvimento deste com os grupos econômicos recebedores das terras. (COLNAGHI, 1984, p. 126).

Priori, A., et al. (2012) afirma que, em resposta à ação expropriadora das companhias de terra, somadas às frustradas buscas legais pela resolução do problema, os posseiros e colonos decidiram lutar à sua maneira.

No lugar de ações pacíficas sem retorno prático foi instalado um processo de violência de ambos os lados. O primeiro confronto entre jagunços e posseiros aconteceu em 2 de agosto de 1957, no distrito de Verê, quando um grupo de colonos armados marchou em direção ao escritório da Companhia Comercial. Na ocasião vinha à frente um colono envolvido em uma bandeira do Brasil que foi morto, ali mesmo, por jagunços. (PRIORI, A., et al., 2012, p.149).

Jagunços eram pessoas contratadas pelas companhias para executar suas ordens. De acordo com Silva, A. (2010), as companhias passaram a agir de forma a intimidar os colonos, pois contavam com o apoio do governo estadual, por meio das instituições administrativas da Justiça e Segurança. Os colonos eram intimidados e forçados a assinar o compromisso de compra e venda das terras que haviam sido dadas no período de colonização e ocupação do território paranaense. A maioria destes colonos não concordava em assinar, então os jagunços passaram a usar métodos extremamente violentos.

Colnaghi (1984) destaca que os colonos de Pato Branco e de Francisco Beltrão prepararam-se para o que seria a batalha decisiva. Através das emissoras de rádio dessas duas cidades, eram denunciadas as ações das companhias e convocados os colonos para a Revolta. “Em Francisco Beltrão, por exemplo, essa convocação deu-se de forma camuflada, através de senhas e palavras de ordem” (COLNAGHI, 1984, p. 152).

O Governo Federal procurou, assim, satisfazer aos camponeses com a ação e à sociedade política com o silêncio. Em outras palavras, o Governo Federal, ao executar esta intervenção, buscou o consenso que é a condição essencial para a preservação do sistema hegemônico. Prosseguindo, os colonos, ao assumirem o comando do município, indicaram um novo prefeito e fizeram da estação de rádio local o seu quartel general. A euforia tomou conta de todos e a praça principal de Francisco Beltrão transformou-se numa imensa churrascada. Antes, porém, os colonos derrubaram o obelisco comemorativo da fundação da cidade, que se encontrava na praça principal de Francisco Beltrão (COLNAGHI, 1984, p. 169).

Segundo Colnaghi (1984), em 12 de outubro de 1957, Dr. Walter Pecóits foi nomeado como novo Delegado Regional de Polícia de Francisco Beltrão e não se falava mais em intervenção federal e os colonos voltaram para suas casas satisfeitos. Em 22 de outubro, cerca de trezentos soldados da Polícia Militar chegaram inesperadamente em Francisco Beltrão e ocuparam o Grupo Escolar, para alojamento dos soldados. O comércio fechou suas portas, temeroso de um choque entre o Exército e a Polícia Militar.

A cidade ficou novamente tomada de colonos e a indignação pelo não cumprimento das promessas feitas pelo governo tomou conta de todos. O Exército, porém, mandou evacuar a cidade e, do lado oposto do Rio Marrecas, pôs-se em posição de combate, metralhadoras instaladas e tudo o mais. Diante do impasse organizou-se uma reunião, na qual o Dr. Rubens Martins — Delegado de Polícia destituído pelos colonos, que voltara à cidade juntamente com a tropa da Polícia Militar — em nome do Governo Estadual propôs: 1º - Dr. Walter está destituído como delegado; 2º - Eu não assumo; 3º - Vem um oficial de alta patente como delegado especial; 4º - o governo promete anistia. A comissão de colonos, depois de exigir que um oficial da Polícia Militar confirmasse a proposta em nome do governo, aceitou-a. Aí, o exército desmobilizou seu pessoal e os colonos retornaram a seus afazeres. A confrontação havida entre o Exército — representante dos interesses federais — e a Polícia Militar — representante dos interesses estaduais — evidencia não só uma ruptura no interior do aparelho repressivo de Estado, como também uma crise hegemônica entre facções da classe dirigente-dominante, no caso o PSD nacional e o PSD paranaense (COLNAGHI, 1984, p. 173 e 174).

Conforme Priori A., et al. (2012), o conflito em si não foi muito extenso temporalmente, concentrando-se apenas no mês de outubro de 1957. Contudo, foi resultado das experiências coletivamente vividas pelos posseiros do Sudoeste que, diante dos abusos sofridos, uniram-se para lutar contra o inimigo comum: as companhias de terra. Quando esse inimigo comum deixou de existir, ou seja, quando os escritórios das empresas colonizadoras foram fechados e seus documentos destruídos, a luta tornou-se dispensável (PRIORI, A., et al., 2012, p. 155).

Priori A., et al. (2012) complementa que, por meio da atuação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), órgão responsável pela demarcação e divisão dos lotes das terras do Sudoeste paranaense entre os posseiros da região, a Revolta de 1957 alcançou seu triunfo, que foi o fim da indefinição jurídica, portanto, a Revolta dos Posseiros foi um conflito vitorioso.

E onde estão as mulheres? Em geral, os registros sobre a participação das mulheres, nas pesquisas realizadas, referem-se à violência que elas sofreram pelos jagunços, mas fica implícita sua participação no conflito. Silva, M. (2013) reforça que os crimes, na região, eram constantes, mas dificilmente ocorriam mortes por assaltos ou roubos, a violência era geralmente motivada por ataques à honra da família, ou seja, estupros e agressões às mulheres e crianças.

Algumas famílias foram expulsas de suas casas; ranchos e galpões eram queimados; animais eram mortos; plantações, destruídas e nem mesmo crianças e mulheres escapavam dos espancamentos. Quando o posseiro acuado assinava o compromisso de compra da terra, recebia como recibo um pedaço de papel qualquer sem timbre ou carimbo, assinado apenas pelos próprios jagunços, que não constava nem mesmo o seu nome legítimo, usando somente o apelido: Maringá, Chapéu de Couro, Quarenta e quatro (SILVA, A., 2010, p. 34).

Silva, A. (2010) acrescenta que a barbárie vivida na época envolvia a todos, porque a violência generalizada não poupava crianças e mulheres, sendo que não existiam leis que impedissem os jagunços de violentar tantas pessoas. A violência, em especial o espancamento das crianças pelos jagunços, desencadeou a Revolta em Pato Branco, que foi responsável, também, pela eclosão do movimento de Francisco Beltrão.

Silva, A. (2010) cita o artigo do pesquisador Hermógenes Lazier, publicado no Jornal de Beltrão do dia 18 de maio de 2007, em que afirma que em cidades do Sudoeste do Paraná, onde ocorreram atividades comemorativas referentes aos 50 anos da vitória dos posseiros, prevaleceu ainda uma dicotomia: o que aconteceu em 1957 foi uma revolta de posseiros ou de colonos?

A resposta parece simples, mas não é. Ela tem significado importante. Colonos e posseiros não são a mesma coisa. Posseiros eram todos os moradores da região – os que habitavam o perímetro urbano e, também, a zona rural. Colonos, no caso do Sudoeste, seria apenas uma parte de um todo – os posseiros. A união do campo e da cidade foi fator importante na vitória do movimento. Convém lembrar que dos 56.917 lotes dos posseiros, regularizados pelo GETSOP, 32.256 eram rurais e 24.661 eram urbanos. Em 1997, nas comemorações dos 40 anos da revolta, essa dicotomia ficou evidente: alguns estudiosos do tema publicaram um opúsculo intitulado A Revolta dos Colonos, e a revista Gente do Sul, de outubro de 1997, publicou uma entrevista do próprio Lazier com o título A Revolta dos Posseiros. Em 2002, a prefeitura de Francisco Beltrão editou o livro História e Geografia de Francisco Beltrão, onde, ao tratar do tema, afirma Revolta de Posseiros, mas no lançamento do livro no Espaço da Arte, o locutor falou Revolta de Colonos. Aponta ainda, que Nivaldo Krüger, em seu livro Sudoeste do Paraná, história de bravura, trabalho e fé, trata o tema onde intitula de Revolta dos Colonos. Concluindo sua análise, interpretou que ainda existem aqueles que confundem uma parte – os colonos – com o todo, os posseiros. (SILVA, A., 2010, p. 41).

O Sudoeste do Paraná, como outras regiões do estado, expressou-se como contraponto ao discurso oficial da década de 50. Por um lado, vozes que constituíram o imaginário de uma nação de progressista, por outro, vozes fortes, que mesmo inaudíveis para lideranças políticas e militares, foram gradativamente atendidas. Em artigo publicado no Jornal de Beltrão on line, em 24 de março de 2006, o pesquisador Hermógenes Lazier destacou dois fatos significativos que aconteceram neste mês no processo de ocupação do Sudoeste: em março de 1961, o presidente Jânio Quadros desapropriou cerca de 500 mil hectares de terra, medida necessária para atender às reivindicações de mais de 50 mil posseiros. E no dia 19 de março de 1962, João Goulart criou o GETSOP, organismo destinado a transformar os posseiros em proprietários. São duas datas que merecem destaque no contexto da revolta de 57. (SILVA, A., 2010, p. 43).

Conforme Vorpagel (2008) a solução para o problema fundiário só viria a partir de 1961, quando o presidente Jânio Quadros assinou decreto desapropriando as terras em litígio no Sudoeste do Paraná. Os governos federal e estadual desistiam de seus direitos jurídicos sobre essas glebas. A solução definitiva ocorreu a partir de 1962. Sob a presidência de João Goulart, foi criado o GETSOP, Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, ligado diretamente à Presidência da República. O GETSOP mediu, demarcou e dividiu os lotes, respeitando a posse de cada colono. O Grupo atuou acompanhado por elementos do Exército, que tinha boa aceitação na região e que, durante o levante de outubro de 1957, mantivera uma aparente neutralidade, não se posicionando contra os posseiros (VORPAGEL, 2008, p.15).

Naquele período, algumas atividades eram prioritariamente das mulheres, como cuidados com as crianças, provimento da alimentação, higiene da casa, trato dos animais e limpeza dos arredores da casa, caracterizando dupla jornada, pois elas também contribuíam como trabalho na roça. Além disso, elas também tiveram papel determinante na Revolta, embora a historiografia deixe passar em branco suas contribuições, um dos fatores que demonstra a relevância desta pesquisa.

Discutir sob a ótica e a perspectiva da totalidade é compatível com a análise de gênero sobre as relações sociais de sexo. Esse debate abrangerá a problematização a partir dos estudos de gênero, considerando especificamente a década de 1950. Entre outros aspectos relacionados ao gênero enquanto categoria, a universalidade será atribuída à distinção entre os dois sexos e gêneros, calcadas no binarismo masculino/feminino. O método do materialismo histórico dialético, por sua perspectiva de totalidade e do lugar, contempla a universalidade e a categoria do humano genérico. Por este caminho pretende-se identificar e estudar gênero para explicar as relações sociais de sexo, na conjuntura do movimento da Revolta, caracterizado de um determinado grupo social, da época. A ênfase será para o debate do gênero específico sobre as mulheres. Será tratada da perspectiva da totalidade, para a atribuição da posição social atribuída à mulher.

Para tanto, buscar-se-á, na literatura especializada, subsídios para a definição da problemática em estudo para a determinação das fontes. O tema não é inédito, mas sua relevância está no enfoque específico da representação das mulheres na Revolta dos Posseiros de 1957. Metodologicamente, por meio de reinterpretação e análise de veículos de comunicação da época e atuais pretende-se uma reconstituição do cotidiano dos posseiros, com destaque para o dia a dia das mulheres, visando desenvolver um esforço de recuperação da memória social.

Esta pesquisa busca analisar a participação da mulher na Revolta dos Posseiros de 1957, caracterizando-se com um estudo de caso. Esse tipo de pesquisa busca, em diferentes fontes, os dados para atingir os objetivos propostos. Desta forma, partirá do levantamento bibliográfico, da seleção e análise de matérias jornalísticas publicadas em veículos de comunicação, que tratam do evento em questão.

A exemplo de Lima e Mioto (2007), escolheu-se, para análise dos dados, o método dialético, por levar o pesquisador a trabalhar considerando a contradição e o conflito; o devir; o movimento histórico; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo.

O método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão (LIMA; MIOTO, 2007. p. 40).

A síntese integradora é o produto final do processo de investigação, resultante da análise e reflexão dos documentos e das entrevistas, “[...] compreende as atividades relacionadas à apreensão do problema, investigação rigorosa, visualização de soluções e síntese. É o momento de conexão com o material de estudo, para leitura, anotações, indagações e explorações, cuja finalidade consiste na reflexão e na proposição de soluções”. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41).

Considera-se que: “[...] a investigação das soluções também pode envolver a construção de um instrumento que permita pinçar das obras escolhidas os temas, os conceitos, as considerações relevantes para a compreensão do objeto de estudo”. (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41).

A disputa travada entre posseiros e agentes das companhias colonizadoras contou com o apoio das mulheres, embora esse fator passe despercebido, até por uma questão de gênero. Um incremento importante para a metodologia da pesquisa e obtenção dos resultados que ela pode atingir é buscar na história oral da mulheres que viveram àquele período (ou filhas das mulheres), com o relato da sua atuação. Para tal, utilizar-se-á a análise de conteúdo de Bardin (2004) como o fundamento para a análise do conteúdo dessas entrevistas.

De acordo com Bardin (2004), as inferências ou deduções lógicas podem responder a dois tipos de problemas: O que é que conduziu a determinado enunciado? Este aspecto em específico refere-se às causas ou antecedentes da mensagem. O segundo questionamento é: Quais as consequências que um determinado enunciado vai provavelmente provocar? Neste caso, diz respeito aos possíveis efeitos das mensagens.

Pretende-se, por meio do tipo, das estratégias e técnicas de pesquisa averiguar o cotidiano e a ação das mulheres na produção, na comercialização e no trabalho da casa, bem como questões como doenças, nascimentos, escola, religiosidade, lazer e resistência das mulheres, durante a Revolta dos Posseiros. Como fontes primárias se utilizará documentos referentes à cobertura jornalística nos meios de comunicação da época e também nos mais recentes.

Considerações

Além de levantar a problemática da organização dos posseiros do Sudoeste do Paraná, com relação às disputas com as classes dominantes e com o Estado. Segundo Chagas (2013), pensar questões envolvendo as disputas de memórias e as representações construídas sobre momentos históricos é uma das grandes problemáticas enfrentadas no fazer história. De acordo com este autor, cabe ao historiador questionar as versões apresentadas e a forma como essas são estruturadas, além de perceber os silêncios e os esquecimentos propositais existentes nas mesmas.

As mulheres participavam dos interesses coletivos, do modo como lutaram para fazer valer esses interesses e de como se integraram no processo político. A cobertura jornalística não contribuiu para dar visibilidade à participação das mulheres. A sistemática, a pesquisa bibliográfica, com a análise de jornais como Gazeta do Povo, O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, seguiu uma ordem cronológica partindo da conjuntura da eclosão do movimento, em 1957; na comemoração dos 40 anos, em 1997; dos 50 anos, em 2007; e dos 60 anos, em 2017.

Na pré-análise, fez-se a escolha dos documentos submetidos à análise, a formulação do objetivo e a elaboração de indicadores que fundamentam a interpretação final. A leitura flutuante estabeleceu contato com os documentos a analisar, bem como conhecer o texto, deixando-se invadir por impressões e orientações. Na sequência, há escolha dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. Em seguida foi feita a exploração do material e tratamento dos resultados e interpretações.

A codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, sendo que esta transformação permiteu atingir uma representação do conteúdo. Surgem as unidades de registro e de contexto. “A unidade de registro é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial”. (BARDIN, 2004, p. 104).

A intenção nesta pesquisa é explicitar e analisar historicamente a imagem da mulher no período da Revolta dos Posseiros de 1957, bem como identificar e analisar como a participação das mulheres foi retratada, durante a Revolta dos Posseiros, em diferentes fontes historiográficas e produzir registros historiográficos sobre a atuação das mulheres na Revolta dos Posseiros, dando voz às mulheres sudoestinas.

Referências

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

CHAGAS, Mayara da Fontoura das. Representações e disputas de memórias: a revolta dos colonos através de imagens. 6º Congresso Internacional de História, 25 a 27 de setembro de 2013.

COLNAGHI, Maria Cristina. Colonos e Poder. A luta pela terra no Sudoeste do Paraná. Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História do Brasil, concentração História Social. Universidade Federal do Paraná, 1984.

FILHO. Roberto Pocai. Entre anônimos, armados e rebeldes: os elementos da História Social na Revolta dos Posseiros de 1957. In. Revista Mundos do Trabalho. vol. 5. n. 10. julho-dezembro de 2013. pp. 107-124.

KOSSOY, Boris. Fotografia e História, São Paulo: Ática, 1989.

KRAMER, Silvia Ana; ZANELLA, José Luiz. A participação da mulher na Revolta dos Posseiros. Revista Faz Ciência. V. 1. N. 1, Francisco Beltrão, pp. 115-120, 1997.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. pp. 37-45 2007.

LIMA, Tatiane Michele Melo de. A perspectiva de totalidade e a questão de gênero: há incompatibilidade entre marxismo e feminismo? In. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress, Florianópolis, 2017, pp.01-11.

PEGORARO, Éverly. Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações. Revista Ideas - Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, jan.-jun. 2008, pp. 109-133.

PEGORARO, Ivo Antônio. Há 11 anos, falecia Manoela Pécoits. Jornal de Beltrão, 27 de junho de 2020. Acesso em 30 de maio de 2021: https://www.jornaldebeltrao.com.br/noticia/298195/ha-11-anos-falecia-manoela-pecoits

PRIORI, Angelo, et al. História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. A revoltados posseiros de 1957 no Sudoeste do Paraná. pp. 143-158.

SERPA, Leoní. A máscara da modernidade e a mulher em O Cruzeiro: 1928-1945. Passo Fundo, Universidade de Passo Fundo, 2003.

SILVA, Anita Izabel de Mello da. A posse da terra e os lugares de memória: Francisco Beltrão 1969-2007. Dissertação apresentada para obtenção de título de mestre em História, da Universidade Federal do Paraná, 2010.

SILVA, Moacir Motta da. Ontem, confrontos e conflitos; hoje, monumentos: o levante dos posseiros de 1957 e seus monumentos na fronteira Sudoeste do Paraná. Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em História, pela Universidade de Passo Fundo, 2013.

VORPAGEL, Edvino Knäsel. A revolta dos posseiros no Sudoeste do Paraná em 1957. Trabalho desenvolvido para disciplina de História do Núcleo Regional de Educação de Maringá. Maringá, 2008, pp. 1-17.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed., Porto Alegre: Bookman, 2001.

1. Professora. E-mail: lefrancischett@yahoo.com [↑](#footnote-ref-1)